

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EAD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

LUCÉLIA DA ROSA

DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E PRECONCEITOS: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO

FLORIANÓPOLIS

2016

LUCÉLIA DA ROSA

**DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E PRECONCEITOS: POSSIBILIDADES DE
INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Projeto de pesquisa, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola, da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero.

Orientadora: Prof^ª. Ms^ª. Samira de Moraes Maia Vigano

FLORIANÓPOLIS

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosa, Lucélia da

Desconstruindo estigmas e preconceitos: possibilidades
de intervenção na educação / Lucélia da Rosa ; orientadora,
Samira de Moraes Maia Vigano - Florianópolis, SC, 2016.

45 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Curso de Especialização EAD Gênero e Diversidade
na Escola.

Inclui referências

1. Gênero e Diversidade . 3. Preconceito. 4. Igualdade.
5. Diversidade. 6. Sociedade. I. Vigano, Samira de Moraes
Maia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de
Especialização EAD Gênero e Diversidade na Escola. III.
Título.

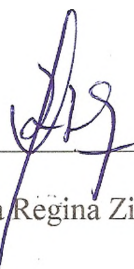
LUCÉLIA DA ROSA

DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E PRECONCEITOS: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

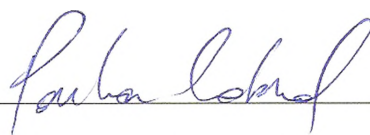
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

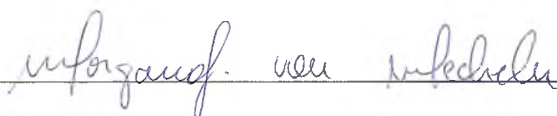
Banca Examinadora:



Paula Cabral



Fernanda Cardozo



Morgana Zardo von Mecheln

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho, agradeço ao universo, a vida plena e maravilhosa, as energias positivas e os aprendizados que trazem entendimento e compreensão em todas as etapas da minha vida buscando evoluir sempre.

A minha professora e orientadora Prof^ª. Ms^ª. Samira de Moraes Maia Vigano, por acreditar na minha proposta de pesquisa, pelo incentivo e apoio constantes.

Ao meu namorado Marcos, pelo amor e amizade estando sempre ao meu lado.

A minha avó Célia, (*in memoriam*) por todos os valores e lições a mim repassados, por ser justa, sabia e a mulher mais forte e guerreira que eu já conheci.

Ao meu avô Dorcindo, por me ensinar a cuidar da minha saúde e ter humildade.

A minha mãe Elaine por ter me dado à vida e me transmitir seu amor incondicional.

A minha irmã Bruna por sua determinação e amizade leal.

A minha família materna, que sempre me acolheu me ensinando os valores mais importantes de convivência e o respeito aos seres humanos.

A todas as minhas amigas, que mesmo em face as minhas ausências me apoiaram.

A todas que lutam por um mundo mais justo. Muito Obrigada.

Também registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradeço, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Apenas posso dizer que os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com o desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo. (Norberto Bobbio, 2002)

RESUMO

O presente trabalho se propõe a trazer formas de combate ao preconceito de todos os tipos existentes, por meio da educação que deve servir como princípio de compreensão do mundo e das diferenças. É proposta a realização de uma intervenção pedagógica em sala de aula fazendo uso de questionário, oficina e debate para avaliar o entendimento que os estudantes possuem nas questões relacionadas com as diversidades, visando desconstruir estereótipos e preconceitos, que levam a exclusão, estigmatização das diversidades, propiciando às alunas e alunos uma compreensão das diferenças como parte de cada ser humano, promovendo mudanças, desnaturalizando e desconstruindo alguns preconceitos que estão arraigados em nossa sociedade. Como forma de combate ao preconceito na intervenção deve ser apresentada a afirmação da igualdade dos direitos e deveres que todos temos uns com os outros, independente de sexualidade, gênero, cor, orientação sexual, raça, crenças, situação física, econômica, política, social ou de qualquer outra pluralidade. Os indivíduos que integram a nossa sociedade possuem necessidades inseridas em realidades diferentes. O preconceito está intimamente ligado às questões das minorias por exclusão social e de todas as outras formas, gerando discursos de ódio, agressões e tratamentos discriminatórios e desumanos. As questões de gênero, sexualidade, raça, racismo, reprodução, deficiências, inclusão, religião e diversidade mesmo atualmente estando inseridas em nossa sociedade, ainda são desconhecidas para muitas pessoas, que muitas vezes por falta de informação ou mesmo não aceitação do universo de pessoas que existem em nossa sociedade acabam distorcendo e identificando com preconceito todos esses conceitos. Ao contextualizar e problematizar as diversidades, estamos enfatizando a existência dos preconceitos e trazendo-os para debate, seja em sala de aula, ou para a sociedade em geral. Os discursos tradicionais ainda geram grande retrocesso, mas felizmente há muitas pessoas lutando para que mudanças aconteçam, e assim, possamos viver em um mundo mais justo, digno e igualitário para todos. A intervenção proposta pode vir a contribuir em nossa sociedade trazendo o preconceito para visibilidade, gerando debates, e trazendo formas e possibilidades para reduzi-lo, ou até mesmo eliminá-lo. Ao combatermos o preconceito teremos uma sociedade mais justa, humana e igualitária para todos.

Palavras-chave: Preconceito. Igualdade. Diversidade. Sociedade. Intervenção.

ABSTRACT

The present work intends to bring forms of combat to the prejudice of all the existing types, through the education that must serve as principle of understanding of the world and the differences. It is proposed to carry out a pedagogical intervention in the classroom using a questionnaire, workshop and debate to evaluate students' understanding of issues related to diversity, aiming to deconstruct stereotypes and preconceptions, which lead to Exclusion, stigmatization of diversity, providing students and students with an understanding of differences as part of each human being, promoting change, denaturalizing and deconstructing some prejudices that are rooted in our society. As a way of combating prejudice in intervention, the affirmation of the equality of rights and duties that we all have with each other, irrespective of sexuality, gender, color, sexual orientation, race, beliefs, physical, economic, political situation must be presented, Social or any other plurality. The individuals who integrate our societies have needs inserted in different realities. Prejudice is closely linked to the issues of minorities through social exclusion and all other forms, generating hate speech, aggression and discriminatory and inhuman treatment. The issues of gender, sexuality, race, racism, reproduction, disability, inclusion, religion and diversity, even now being inserted in our society, are still unknown to many people, who often for lack of information or even acceptance of the universe Of people that exist in our society end up distorting and identifying with prejudice all these concepts. In contextualizing and problematizing diversities, we are emphasizing the existence of prejudices and bringing them to debate, whether in the classroom or for society in general. Traditional discourses still generate a great setback, but fortunately there are many people struggling for change to happen, so that we can live in a more just, dignified and equal world for all. The proposed intervention can contribute in our society bringing prejudice to visibility, generating debates, and bringing forms and possibilities to reduce it, or even eliminate it. As we fight against prejudice, we will see a more just, humane and egalitarian society for all.

Keywords: Prejudice. Equality. Diversity. Society. Intervention

LISTA DE ABREVIACÕES

CDC – *Cri Du Chat*

DNA – *Deoxyribonucleic acid*

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a
Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES	8
1 MEMORIAL	10
2 INTRODUÇÃO.....	16
2.1 Apresentando os objetivos e justificando a temática.....	18
2.2 Procedimentos metodológicos	20
3 ASPECTOS TEÓRICOS: ABORDANDO TEMAS NECESSÁRIOS.....	24
3.1 A Educação de Jovens e Adultos.....	24
3.2 Dialogando sobre os conceitos de Raça e Racismo.....	26
3.3 Compreendendo Gênero e Sexualidade.....	29
4 PROBLEMATIZANDO A INTERVENÇÃO.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DA OFICINA GÊNERO E DIVERSIDADE	41
ANEXO A.....	45

1 MEMORIAL

Este material corresponde ao percurso formativo que estive presente nos últimos dois anos e corresponde também ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola – GDE. O curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola tem o objetivo de

Oferecer, aos profissionais da rede pública de Educação Básica, conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito de escolas e outros serviços públicos (LOZANO *et al.*, 2015).

É difícil pensar no que mais me motivou a participar do curso do Gênero e Diversidade na Escola, pois são muitos os motivos. Um deles é o fato de em minha vida sempre ter sido uma pessoa aberta para tudo e todos, sou filha de mãe solteira e em 1982 quando nasci o preconceito com mães solteiras era ainda maior do que é atualmente. A minha mãe passou diversos momentos de aflição, pois não tinha um companheiro ao lado, e pior, não davam empregos para mães solteiras, pois isso era considerado inaceitável na sociedade. Na casa de minha avó, meus tios e avô também não aceitavam a situação, pois naquela época isso era uma vergonha, uma desonra em decorrência do machismo que ainda hoje envolve a nossa sociedade. Hoje ainda após mais de 12 anos de processo meu pai não compareceu a nenhum exame de DNA (*deoxyribonucleic acid*) para confirmação da paternidade, pois ele e sua família sempre me consideraram morena demais para ter “sangue alemão”. Fui criada na casa de meus avós maternos, e até os sete anos minha mãe morava junto, após isso se casou e eu fiquei na casa dos avós morando e convivendo sempre com muitos tios, tias, primas e primos, então aprendi a conviver sempre com diversas pessoas e cada uma com suas particularidades.

Minha mãe sempre foi aberta para as amizades, talvez pelo problema que passou, ou pelo fato de ser comunicativa e desprovida de muitos preconceitos. Minha avó mesmo sendo analfabeta, pois foi doméstica desde criança, e depois ao casar cuidava do lar, e assim nunca teve tempo e condições para estudar, tinha atitudes feministas¹, mesmo sem saber, pois sempre fazia todos, meninos e meninas fazerem suas tarefas diárias. Todos tinham seu dia de lavar a louça, o chão, ajudar a recolher as roupas e dobrar, e cuidar dos irmãos e irmãs mais novos, isso me vem na memória, pois mesmo em um contexto onde a sociedade era ainda mais patriarcal do que atualmente, minha avó já fazia a diferença. Ela sempre dizia que cada

¹ Feminismo pode ser definido como um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres.

um tinha que aprender a dividir tarefas, para aprender a fazer as coisas, e saber que cada um tem uma parte a fazer, dizia também que isso ajudaria a termos responsabilidade e saber o valor das coisas.

Infelizmente, na maioria dos casos a diferença de obrigações ainda predomina, mas mesmo com essa dificuldade de igualdade, hoje podemos dizer que estamos no caminho para o avanço nessa situação, pois, felizmente, existem pessoas fazendo a diferença e trazendo à tona essas discussões, situações e mostrando que diferenças precisam ser extinguidas da nossa pois somos todos iguais e merecemos os mesmos direitos.

Ao longo da minha infância e adolescência, “sempre andei” com as pessoas que eram diferentes², não gostava de discriminação desde cedo, jamais tratei alguém mal por sua cor, credo, aparência, ou coisas do tipo. Na escola sempre estava ao lado das pessoas que sofriam exclusão, nunca gostei de ver pessoas serem maltratadas, e sempre estive a frente dessas questões. Na fase adolescente muitas amigas e amigos se descobriram homossexuais³, isso não mudou em nada a amizade, o respeito, o carinho, porém ao longo dos anos sempre me senti extremamente incomodada ao perceber tratamento discriminatório para as pessoas por sua aparência, cor, sexualidade, sobrenome, classe social, ou qualquer preconceito ligado a qualquer imposição social, tradicional ou moral.

Em 2011 fiz o primeiro estágio dentro da graduação no Ensino Fundamental e foi muito importante este contato com as alunas, percebendo as diferenças e características de cada uma. Em seguida em 2012 tive a oportunidade de estagiar no Ensino Médio, experiência também muito produtiva, importante e significativa. O fato de estar em sala de aula, me permitiu perceber mais uma vez o universo das pessoas, características e realidades, compreendendo cada uma extremamente diferente da outra. Em 2012 me formei na graduação de História (Universidade de Passo Fundo), e o que mais me chamou atenção sempre, dentro ou fora da sala de aula, foram os preconceitos, os quais sempre me incomodaram seja nas brincadeiras e piadas sutis, seja na forma de tratamento diferenciada, seja na discriminação escancarada. Todas as formas de preconceito me tiram ainda o sono, pois apesar de vivermos em uma sociedade bastante plural, a mesma não se dá conta de que a diversidade existe, ou ainda pior, muitos não respeitam a diversidade que existe, pois querem manter padrões e estereótipos há muito tempo já ultrapassados e impor uma maneira única de se viver.

² Neste texto o termo “pessoas diferentes” se refere àquelas fora do padrão considerado normal, ou seja, pessoas com alguma deficiência, acima ou abaixo do peso, que normalmente eram excluídas por sua aparência, sexualidade, suas opções.

³ Infelizmente, em nossa sociedade, pessoas lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) sofrem preconceitos de todos os tipos por não fazerem parte do que é dito ou considerado normal, correto e único.

Em 2013 trabalhei como Professora Auxiliar de Educação Especial. Neste caso fiquei como responsável de acompanhar nas atividades da escola um menino que tem a doença de miado do gato, chamada Cri Du Chat (CDC). Nos dias que meu aluno João não vinha, eu ficava com as outras alunas com outras deficiências. Foi uma experiência bastante enriquecedora a nível pessoal, humano, e principalmente me trouxe a curiosidade em saber mais sobre este universo pouco conhecido.

O João com sua peculiaridade, assim como as demais alunas com alguma deficiência, e mesmo as alunas que não possuem deficiências, possuem características próprias, e o fato de perceber essa diferença no aprendizado, saber que cada uma tem seu tempo, cada uma tem sua maneira de ser, de reagir, de aprender, vestir, viver, pensar, se portar e que cada ser é único me ajudou muito. Devemos estar preparados para todas as situações e para todas as diferenças, pois elas merecem atenção, cuidados e principalmente merecem nossa dedicação e respeito⁴.

As pessoas com deficiência começaram a se organizar, a partir de 1979, e com os movimentos sociais conseguiram que suas reivindicações fossem inseridas em nossa Constituição, ganhando assim maior visibilidade e garantindo direitos legítimos na educação, trabalho e saúde. Antes dos movimentos, essas pessoas não eram sequer inseridas na sociedade, inclusive eram excluídas e invisíveis, na grande maioria eram reservadas apenas ao âmbito familiar, ou eram institucionalizadas e colocadas em locais que não permitiam seu convívio com as demais pessoas da sociedade.

Lanna Jr. (2010, p.36) afirma:

No final dos anos 1970 o movimento ganhou visibilidade, e a partir daí, as pessoas com deficiência tornaram-se ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional. (LANNA, 2010, p. 36)

Os movimentos sociais de pessoas com deficiências⁶ não foram e nem são fáceis, apesar dos direitos de igualdade a todos garantidos na Constituição. Atualmente, percebe-se a

⁴Podemos dizer que as deficiências se relacionam fortemente com os assuntos abordados no curso do GDE, primeiramente por sabermos que mesmo existindo desde sempre, essas pessoas com deficiência eram invisíveis diante da sociedade, sendo tratadas como incapazes de realizar quaisquer atividades. Hoje, mesmo após muitas lutas e inserção de Políticas Públicas com o intuito de inclusão, muitas pessoas com deficiência sentem no cotidiano a exclusão por parte da sociedade, bem como a discriminação, a falta de aplicação das leis, a falta dos recursos de mobilidade entre outros.

⁶ Durante a organização do movimento das pessoas com deficiência, ocorrem diversas questões sobre o que cada deficiência necessitava, pois cada uma tem sua particularidade, suas necessidades e suas características próprias, chegando alguns momentos o movimento a ter alguma desunião pelo fator de cada deficiência pensar apenas na sua, e assim quase dividindo a luta que na verdade é uma só.

falta de acesso por rampas, o desrespeito na questão dos estacionamentos exclusivos para deficientes, poucos banheiros são adaptados para pessoas com deficiência, entre outros desrespeitos que ferem seus direitos.

Precisamos de uma mudança na estrutura da sociedade e principalmente pensando na mobilidade dessas pessoas, que merecem respeito como nós, e na inclusão não como uma ajuda, um favor, mas que dê suporte para que essas pessoas consigam evoluir e aumentar suas habilidades intelectuais, cognitivas, motora, e tudo que for possível, colocando políticas públicas e leis de fato em prática e as tirando do papel.

Atualmente é proposto o modelo de educação inclusiva,⁸ que não apenas matricula o aluno com deficiência, mas insere esse aluno no meio social. Esse modelo possui condições adequadas rompendo as barreiras arquitetônicas, atitudinais, de discriminação, preconceito, comunicacionais, utilizando formas metodológicas e pedagógicas para a contribuição na aprendizagem das pessoas com deficiências, possibilitando assim que essa criança desenvolva suas habilidades junto com as demais crianças, agindo de forma coerente, não discriminando e sim incluindo a participação plena e efetiva na sociedade das pessoas com deficiência respeitando as diferenças e aceitando-as como parte da diversidade. Essa integração contribui para a diminuição do preconceito trazendo aprendizado e construindo uma sociedade mais justa, humana e possibilitando à todos um grande enriquecimento com a valorização das diferenças.

Para que se consiga efetivar uma educação inclusiva de fato é necessário superar essas barreiras compreendendo que a educação inclusiva ao inserir os estudantes com deficiência nas escolas e universidades contribui para uma sociedade voltada para a valorização das diferenças e para a garantia dos direitos humanos.

O tempo vai passando e vamos aos poucos descobrindo nossas metas e propósitos para com a gente mesmo. Há tempos eu já defendia as minorias⁹, porém quando me deparei com a escola novamente em meus estágios durante a graduação, ou mesmo durante o tempo em que cuidei de uma criança especial, percebi que tinha algo que ainda estava se repetindo que já deveria ter sido eliminado. Os preconceitos, as diferenças, as exclusões, as opiniões formadas sem reflexões, mas e como poder parar tudo isso? Como poder exterminar esse tipo de situação? Até que ponto as pessoas irão ferir e ofender as outras com a desculpa que não

⁸ A educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva percebendo o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos e combatendo o preconceito.

⁹ O termo “minorias” é usado de forma genérica para fazer referência a grupos sociais específicos que são entendidos como integrantes de uma menor parte da população, sendo diferenciados por suas características étnicas, religiosas, cor de pele, país de origem, situação econômica, entre outros (RODRIGUES, 2016).

são boas o suficiente para estar ao lado delas que se dizem, sentem, ou pensam ser melhores e perfeitas por ser tradicionalmente moldadas e ditas como normais?

Minhas expectativas a respeito do curso eram que me auxiliasse para um melhor entendimento e saber como reagir ao me deparar com essas situações, também tinha interesse na área de gênero, saber a trajetória dos movimentos sociais e todas essas questões que infelizmente ainda são pouco abordadas em nosso cotidiano. Queria entender, compreender, aprender com o curso, para conhecer possibilidades para a inserção de novas ideias, novas propostas, e novos caminhos, que me norteassem e auxiliassem nesse processo de mudanças que atualmente enfrentamos, e para melhor, pois as pessoas diferentes sempre existiram. Todos somos diferentes, temos nossas características próprias, porém até pouco tempo atrás as diferenças nunca foram inseridas e abordadas como atualmente são, e sabemos que mesmo hoje ainda temos uma longa caminhada pela frente.

Acredito que não só em minha profissão, mas em todas as demais, devemos utilizar estes conhecimentos, para ver com outro olhar e ter a noção de que somos diferentes, em nossas necessidades, limitações, vivências, enfim é um assunto muito rico, e muito pouco abordado ainda, mesmo estando em ênfase, ainda precisa ser mais divulgado, e mais aceito pela sociedade em geral.

Ao longo do curso, das disciplinas oferecidas, das reflexões, dos filmes, documentários, *sites*, *blogs*, *chats*, dos debates, das aulas presenciais, das aulas EAD, das convidadas que participavam dividindo suas experiências, suas frustrações, suas conquistas, e suas expectativas para o futuro, enfim; tudo isso enriqueceu de muitas formas minha caminhada norteando para um grande aprendizado com o universo de possibilidades que o curso disponibilizou. Hoje posso dizer que sei ao menos das dificuldades enfrentadas por todas as pessoas que querem mudar essa situação de preconceitos, mitos, tabus e inverdades que são inseridas em nossa sociedade como verdades únicas e absolutas.

Penso que ao obter e assimilar o mínimo de conhecimento de tantas informações que nos foram repassadas durante a trajetória do curso, minha transformação está sendo de dentro para fora. Como mencionei no início do texto, eu me considero uma “pessoa aberta”, porém todas nós temos nossos tabus, preconceitos, e maneiras de ver e viver a vida, e por isso a importância de estarmos bem informadas, buscando sempre nos libertar de qualquer tipo de preconceitos, fazendo uma análise de nós mesmos, quebrando antigos mitos, tabus e padrões que a sociedade nos impõe, respeitando e aprendendo com as diversas formas de cada um ser.

O GDE veio como um complemento indispensável para minha formação como pessoa, como ser humano, ser que olha ainda mais para as outras, ser que ao invés de criticar ou

proliferar qualquer tipo de preconceito vai dialogar ainda mais, mas agora com embasamento, sabendo do que estou falando, mesmo que saiba muito pouco diante de tudo que a vida nos reserva, e de tudo que existe para aprender, aprimorar e evoluir.

A formação nesse curso mais do que nortear, me “abriu os olhos” para detalhes e situações que eu ainda não havia imaginadas, sentidas ou vividas. Estar aprendendo e olhando as coisas de diversas maneiras me torna uma pessoa melhor e mais humana além de mais otimista acreditando e fazendo minha parte para que as mudanças ocorram de fato e contribuindo para ajudar a mudar o mundo.

Por isso minha escolha em fazer uma pesquisa direcionada para alunas do PROEJA-IFSC, pois foi onde penso que as pessoas estão menos articuladas em relação às questões da Diversidade e Gênero. Essa turma escolhida em particular me chamou atenção em algumas discussões em aula, onde sempre predominava o discurso tradicional e religioso. Poucas alunas se mostraram abertas a princípio para o debate, então pensei que seria um tanto importante saber dessas alunas o que acham da ideia de aprender, discutir e debater questões de gênero e diversidade na sala de aula, se elas consideram importante se informar, aprender e conhecer sobre esse universo, pois penso que a informação é nossa maior aliada contra o preconceito.

Todas as minhas experiências, sejam na escola ou não, me trouxeram algumas reflexões de que o preconceito não depende de raça, idade, local e religião, mas depende da boa vontade e percepção dos sujeitos de ver e sentir o mundo.

2 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma atividade final do curso de especialização EaD ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina em Gênero e Diversidade na Escola, com a intenção de preparar os educadores para que consigam inserir em suas atividades escolares a prática da desmistificação do preconceito ampliando os horizontes dos alunos bem como dos próprios colegas docentes para uma educação plural, respeitando a diversidade de cada ser. O presente trabalho caracteriza-se como um trabalho de conclusão de curso e ainda confere ao autor a titulação de especialista em GDE.

O que mais me motivou a participar do curso foi o respeito à diversidade, pois o curso traz elementos fundamentais que ajudam a transformar as práticas de ensino, rompendo com os preconceitos dentro e fora da escola.

O preconceito é um grande problema enraizado em nossa sociedade. É a forma como julgamos as pessoas antes de conhecê-las conforme nossas crenças e valores. Existem diversos tipos de preconceitos, sejam sociais, sexuais, físicos, entre outros. Devemos perceber que todos os tipos de preconceitos geram hostilidade e violência, e estão relacionados à irracionalidade e ignorância geralmente associados a uma opinião radical, autoritária e conservadora.

Respeitar a todos, e saber que ninguém é melhor do que ninguém, e que todos viemos e iremos para o mesmo lugar é o mínimo que se espera da nossa sociedade. Acho que o preconceito na verdade quem faz são as pessoas e não os espaços por isso creio que todos em qualquer espaço devemos fazer a nossa parte e não nos calar diante dos preconceitos, discriminações e injustiças.

Conforme Bueno (2016), o pesquisador e filósofo Gordon Allport em sua obra de 1954 “A natureza do preconceito”, definiu o preconceito como sendo uma atitude negativa em relação a uma pessoa, baseada na crença de que ela tem as características negativas atribuídas a um determinado grupo.

O preconceito é o resultado de uma frustração, pessoas que se sentem exploradas e oprimidas acabam deslocando sua hostilidade para outros em posição mais “baixa” na escala social. O resultado é o preconceito e a discriminação. “O preconceito é uma atitude evitativa ou hostil contra uma pessoa simplesmente porque ela pertence a determinado grupo. Fica presumido que ela tem as qualidades atribuídas ao grupo”(ALPORTT *apud* BUENO, 2016).

Para o filósofo italiano Norberto Bobbio (2002), o preconceito é uma opinião acolhida passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade, tendo destaque a noção de não pertencer ao âmbito da razão, de escapar ao raciocínio e se impor com força de

uma certeza, assim as atitudes e sentimentos preconceituosos nascem geralmente de uma generalização superficial, um estereótipo do tipo: “todos os baianos são preguiçosos”, “todos os gaúchos são arrogantes”, “todas as mulheres são frágeis” ou “todos os ciganos são ladrões”. Bobbio ainda explica que esses estereótipos fazem parte do domínio da crença, não do conhecimento, ou seja, eles têm uma base irracional e por isso escapam a qualquer questionamento fundamentado num argumento ou raciocínio.

Apenas posso dizer que os preconceitos nascem na cabeça dos homens. Por isso, é preciso combatê-los na cabeça dos homens, isto é, com o desenvolvimento das consciências e, portanto, com a educação, mediante a luta incessante contra toda forma de sectarismo. Para se libertarem dos preconceitos, os homens precisam antes de tudo viver numa sociedade livre. (BOBBIO, 2002, p117)

Para o filósofo e sociólogo alemão, Theodor W. Adorno (1995), a fonte do preconceito é uma personalidade autoritária ou intolerante. Ele afirma que pessoas autoritárias tendem a ser rigorosamente convencionais e hostis com quem desafia as regras sociais. Desta forma, o preconceito seria uma manifestação de desconfiança e suspeita, podendo conduzir a atos extremos de exclusão e violência.

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. (ADORNO, 1995, p121)

A escritora e linguista brasileira Lya Luft (2010), defende que algumas atitudes preconceituosas podem ser ainda o resultado de um medo do diferente, o que não conhecemos pode ser visto como algo que ameaça ou assusta. E esse medo pode levar as pessoas a cometerem atos de agressão, exclusão e desprezo.

Ao longo dos anos cada vez mais as minorias e pessoas discriminadas vêm ganhando visibilidade e reforçando seus direitos através das políticas públicas que surgem com os movimentos sociais.

As lutas sociais são primordiais para que ocorram as mudanças em nossa sociedade. Sem luta infelizmente não se consegue nada. Porém o preço que se paga, muitas vezes, é com a vida, pois os interesses políticos, econômicos e religiosos ainda predominam e exercem grande forma de controle na mentalidade da nossa sociedade. Podemos dizer que os movimentos sociais ainda hoje são um reflexo de uma luta que vem sendo necessária desde muito

tempo atrás. “O preconceito, doença que turva nosso olhar e entorta nossa alma, que nos diminui e emburrece, é uma das enfermidades mais sérias deste nosso mundo” (LUFT, 2010).

As lutas de classes, bem como as de raça, gênero, sexualidade, étnica, religiosa, política e social, se fazem necessárias para combater as imposições de pessoas preconceituosas, moralistas, desinformadas e com interesses desumanos, que criam leis e as executam da forma que fique confortável para quem está lucrando sobre a população explorada.

Não há como negar que o preconceito está voltado em geral para as minorias, que pode ser uma minoria em termos numéricos ou minoria em termos sociais. A questão da mulher é um exemplo de minoria em termos sociais, de acesso a direitos que historicamente não lhe foram garantidos (voto, trabalho), mas que não representa uma minoria numérica. O fato de ser em maior número não representa uma maioria dominante, pois por questões históricas e culturais foram consideradas inferiores aos homens. O mesmo exemplo se aplica à classe pobre e menos favorecida que é em maior número que a elite econômica. (BOBBIO, 2002 *apud* SANTOS e SILVA, 2013).

Devemos perceber o quanto as lutas são primordiais para que se alcance melhores condições por menores que sejam. A persistência, a organização, a troca de informações e a união, são fatores determinantes para essa luta.

2.1 Apresentando os objetivos e justificando a temática

A desconstrução dos preconceitos é o foco do presente trabalho, pois as questões que envolvem preconceitos e discriminações ganham maior visibilidade e força a partir das discussões sobre estes assuntos. Ao ter um grupo de pessoas se mobilizando para trazer estes assuntos para discussão eles ganham mais espaço e importância dentro da realidade de nossa sociedade, buscando transpor as barreiras do preconceito.

A escassez de informações no que diz respeito ao assunto da diversidade e do gênero percebida em todos os níveis da sociedade mostra a necessidade urgente do debate, esclarecimento e respeito entre todas. O presente trabalho pode vir a contribuir em nossa sociedade trazendo o preconceito para debate.

A escolha de atuar nessa temática se deu pelo fato de que as discussões em sala de aula normalmente ficavam mais sérias quando eram abordados assuntos de gênero, diversidade e preconceitos. Um dos motivos principais era a religiosidade de parte da turma, que entende a diversidade como algo anormal, errado e contra as leis de Deus¹⁰.

¹⁰ Consideradas apenas corretas a ideia de casamento entre homem e mulher, até que a morte os separe. A ideia de virgindade até o dia do casamento consumado na Igreja dentro das “leis de Deus” refere-se também a heteros-

A discussão de gênero e diversidade na escola em geral é primordial, pois ela consegue esclarecer alguns aspectos naturalizados na nossa cultura, e demonstrar que os padrões historicamente repassados como “normais”, nada mais são que formatações sociais humanas, e que o que não se encontra nessa normatização é considerado uma “aberração”.

Em uma turma da educação de jovens e adultos (EJA) em especial, percebeu-se, que em geral, há menos articulação e entendimento das alunas sobre as questões das diversidades; é possível que isso ocorra devido a idade dos sujeitos da EJA, e da construção tradicional na qual, alguns vivenciaram. É preciso enfatizar, que essa turma do PROEJA do IFSC, é formada por estudantes que carregam uma carga religiosa, e isso reflete nas posturas, ações e falas delas. Diferentemente das turmas de ensino médio da mesma instituição, que apresentam um maior entendimento nas questões de gênero, e maior aceitação das diversidades, porém mesmo assim em todas as fases e idades existe sempre o preconceito.

Percebe-se que nessa turma da EJA há uma necessidade maior de trazer essas discussões para a sala de aula, pois há um preconceito, que embora, muitas vezes velado, é apresentado nas atitudes cotidianas. O intuito aqui, não é interferir na religiosidade de cada um, tão pouco desmerecer alguma concepção, mas sim, de combater o preconceito, conscientizando, debatendo e principalmente esclarecendo a pluralidade humana.

A problemática aqui levantada vem ao encontro da desconstrução e desnaturalização de estereótipos que geram preconceitos, levando as pessoas a práticas discriminatórias e às vezes, violentas, por não conseguir aceitar as diferenças. Nesse viés, surgem questionamentos diários durante a prática docente, tais como: é possível contribuir com um “novo” entendimento acerca das diversidades humanas em turmas que há uma predominância de adultos que já tem enraizados esses preconceitos? Até que ponto a sala de aula pode atenuar essas “visões”? De modo geral, que alicerce os professores e professoras têm para atuar com esses temas na escola? É possível com as informações repassadas seja em forma de oficina, conceitos abordados transformar a educação e a sociedade tornando-a consciente das diversidades como características da sociedade plural da qual fazemos parte, quebrando assim antigos preconceitos e os tornando aprendizados utilizando essas questões para o aprendizado e a evolução humana? Essas são algumas inquietações que surgem a cada momento que penso nas ações docentes em salas de aula, e especificamente, nessa turma da EJA, em que, visualiza-se tão claramente a demarcação de preconceitos.

sexualidade como única opção sexual existente e correta. As pessoas que não seguem esse padrão considerado o único correto estão fora das leis de Deus e estão cometendo pecado.

Buscando esclarecer e possivelmente responder a problemática erguida, objetiva-se, com essa proposta interventiva:

- Desconstruir estereótipos e preconceitos, que levam a exclusão, estigmatização das diversidades, propiciando às alunas e alunos uma compreensão das diferenças como parte de cada ser humano.

Para contemplar o objetivo geral, foi necessário descrever alguns objetivos específicos que comunguem com o propósito desse TCC, e que visem esclarecer o que será descrito nos capítulos que seguem. Desse modo apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar teoricamente raça, racismo, gênero, sexualidade, e como tudo se intersecciona e fomenta o preconceito na educação;
- Problematizar os preconceitos enfatizando sua existência, propondo debates e discussões criando possibilidades para eliminá-los, por meio de atividade interventiva em sala de aula.

Por fim, ressalta-se que as descrições que seguem nesse Trabalho de Conclusão de Curso, buscarão responder os objetivos propostos, demonstrando por meio de referenciais teóricos como: Arroyo, Beavouir, Bobbio, Bueno, Carrara e Munanga pode-se compreender e debater essas temáticas em sala de aula.

Com a intervenção pretende-se romper preconceitos que estão inseridos em nossa sociedade como um todo e discriminam pessoas que não fazem parte da “normalidade” dita pela sociedade.

2.2 Procedimentos metodológicos

A ideia inicial era que o estudo proposto para essa pesquisa seria qualitativa, amparada em teóricos que visem contribuir para a escrita, buscando por meio da problemática levantada, propor uma intervenção pedagógica. A intervenção é uma ação metodológica que visa alterar alguma situação que se considera problemática. Trata-se inicialmente em descrever um projeto que atenda a necessidade da turma, da escola ou dos docentes. Esse projeto pode ser desenvolvido na área educacional ou organizacional para promover uma mudança, alterando e resolvendo o problema, ou seja, há um diagnóstico inicial, e a partir desse diagnóstico, o professor ou a professora, pensam em ações para debater o que ocorreu.

Desse modo, a proposta de intervenção aqui descrita, visa desnaturalizar e desconstruir alguns preconceitos que estão arraigados em uma turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Nesse caso, centra-se em realizar a ação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, em uma turma do Programa Nacional de Integração

da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. O PROEJA é fruto do O Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, e tem como objetivo fazer uma oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) juntamente com Educação Profissional, em níveis: Fundamental e Médio.

A turma do IFSC, que eu havia proposto a intervenção, é uma turma do PROEJA, cuja faixa etária está entre 25 e 45 anos, onde ao ministrar aulas no semestre passado (2016-01) percebi a necessidade de informações sobre diversidade, gênero, preconceito, entre outros assuntos. A coleta dos dados seria realizada através de oficina e questionário, utilizando pelo menos duas aulas com 4 horas cada, dada a necessidade de auxílio das alunas para a leitura e a escrita e dada a polêmica trazida nos temas propostos.

A oficina teria como foco principal a diversidade e a discussão dos preconceitos provenientes da não aceitação das diversidades percebidas em algumas alunas dessa turma da EJA. A ideia é apresentar alguns conceitos para debate, trazendo assim um maior entendimento dos mesmos ampliando a discussão e troca de informações.

A intervenção seria dividida em três partes:

Parte 1: Primeiramente seria entregue um questionário no início da oficina, contendo quinze questões com perguntas abordando diversos conceitos sobre preconceito, racismo, gênero, diversidade, deficiências, entre outros, para identificar quais as maiores dúvidas, e principais faltas de informação sobre os assuntos e conceitos podendo assim desconstruir os preconceitos ao discutirmos e debatermos os assuntos em sala de aula. No Apêndice ‘A’ é apresentado um possível questionário.

Parte 2: Na sequência, seria realizada uma oficina, com a apresentação de *slides*, todos com os conceitos bem explicados e também contendo muitas imagens, para que as alunas consigam visualizar, compreender e aprender sobre os temas abordados com mais facilidade já que as turmas de EJA em geral tem mais facilidade com imagens e também juntamente com um debate explicativo passaria alguns vídeos esclarecedores e pontuais sobre os temas da oficina.

Parte 3: Por fim, seria entregue novamente o mesmo questionário com as quinze questões do início da oficina proposta buscando perceber a relevância e necessidade das informações repassadas na oficina para as turmas que vivenciarem essa experiência, afinal o objetivo da atividade proposta é desmistificar os preconceitos que todos carregamos desde que nascemos e muitas vezes sem perceber nos acompanham até o final de nossas vidas.

Finalizadas as três partes, seria realizada uma análise das respostas entregues antes e depois da oficina, para se chegar a um resultado das informações mais relevantes a serem dis-

cutidas e trazidas para a escola. Ao analisar os resultados seriam perceptíveis as maiores dúvidas, preconceitos e falta de informação dos assuntos abordados, sendo possível assim, pensar na construção de um Livro Guia. O Livro Guia de Combate ao Preconceito seria um material para utilização dentro e fora das escolas na desconstrução dos preconceitos repassando aos alunos e futuramente para a sociedade em geral, os conceitos de sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, sexo, gênero, raça, racismo, religião, desigualdade e violência, garantindo que fiquem bem informados sobre os temas abordados e possam assim respeitar a diversidade e as diferenças, independente da escolha e opção de cada um, rompendo as barreiras dos preconceitos e discriminação. Na figura 1 é apresentada uma visão esquemática da intervenção.

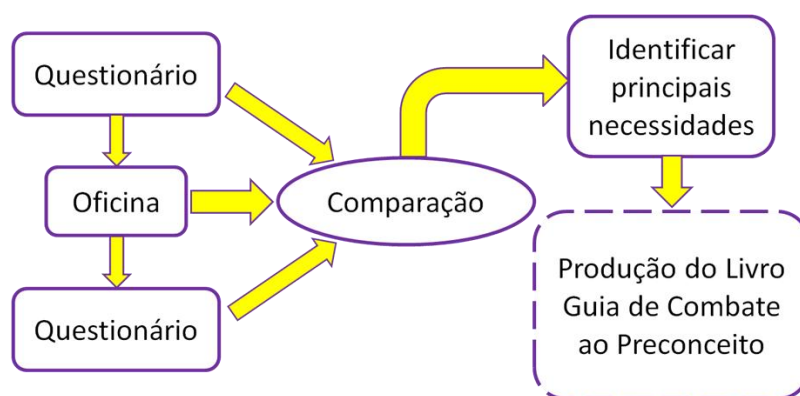


Figura 1 – Visão esquemática da intervenção.

Porém infelizmente a intervenção na escola não foi possível para esta pesquisa, pois diante do cenário político atual que estamos presenciando em nosso país de muitos retrocessos, injustiças e falta de respeito à democracia, onde com um Golpe¹¹ a Presidenta Dilma eleita pelo povo foi injustamente impedida de exercer seu mandato, fizeram com que muitos jovens estudantes estejam ocupando as escolas e universidades em todo o país como forma de protestos contra as medidas do governo atual, e reivindicando seus direitos, e lutando contra a Reforma do Ensino Médio bem como contra a PEC 241 sendo assim, não foi possível fazer esta intervenção e pesquisa na escola¹².

¹¹ O processo de impeachment acusou a gestão da presidência da república de uso de “pedaladas fiscais”. Pedaladas fiscais são atrasos no repasse do Tesouro a bancos públicos encarregados da operação financeira de alguns programas sociais. Pode-se argumentar que é uma maneira de cumprir artificialmente o orçamento, mas não é crime de responsabilidade. Portanto, a presidenta Dilma não foi acusada de nenhum crime, sendo assim ao ser impedida de exercer seu mandato até o final ela sofreu um Golpe de Estado, pois a legalidade do seu mandato é baseada na nossa própria constituição e foi legitimamente conquistado nas eleições de 2014, com mais de 54 milhões de votos. Nenhum crime pesa contra a presidenta e seu mandato deveria ser preservado e defendido.

¹² As ocupações dos estudantes estão ocorrendo desde o mês de outubro de 2016 reivindicando a anulação da Proposta de Emenda à Constituição 241, que limita os gastos públicos, inclusive, os investimentos em educação. Os alunos também se posicionam contra a Reforma do Ensino Médio, anunciada pelo atual presidente do Brasil

Mesmo sem fazer a intervenção sugiro no presente trabalho a elaboração de um Livro Guia de Combate ao Preconceito através de assuntos e conceitos que contribuam para romper as barreiras dos preconceitos, pois percebi em uma turma da EJA diante de algumas discussões ocorridas em sala de aula, muitas vezes de cunho religioso, moralista e preconceituoso em diversos momentos, uma necessidade maior da troca de informações, debates e com certeza o Livro Guia é um material que ao ser produzido e disponibilizado irá contribuir e ajudar no repasse dessas informações. A elaboração do Livro Guia surge também para esclarecimentos de muitos conceitos que aprendi ao longo do curso de Especialização do GDE. Não penso que deva ser apenas focado nas turmas da EJA, mas aplicada futuramente em todas as modalidades de ensino e na sociedade em geral.

A ideia inicial era a elaboração do Livro Guia de forma coletiva, inserindo no produto final as dificuldades e avanços das alunas em relação aos temas, possíveis ações para melhorar o entendimento dessas questões, e alguns conceitos abordados na oficina e no questionário.

Como não foi possível fazer a intervenção na escola devido às ocupações dos estudantes, já citado anteriormente, a elaboração do Livro Guia informativo, fica como uma proposta para trabalhos e pesquisas futuras.

A ideia da oficina e questionário seria como um minicurso informativo para que as alunas e alunos possam a partir dessa experiência estar abertas para a diversidade com entendimento suficiente para respeitar e conviver com as diferenças de forma a conhecer a realidade e pluralidade da nossa sociedade.

As informações quando trocadas e debatidas são ricas em esclarecimentos que muitas pessoas desconhecem por falta de conhecimento das diversidades, ou mesmo por falta de pensar no assunto. Ao trazermos esses conceitos, termos e acontecimentos para a visibilidade, estaremos contribuindo para quebra de paradigmas, estereótipos e preconceitos que estão impregnados em nossa sociedade ao longo de tantos séculos de brutal opressão contra as minorias, as diversidades e a pluralidade de pessoas que existem no mundo.

3 ASPECTOS TEÓRICOS: ABORDANDO TEMAS NECESSÁRIOS

Para iniciar esse capítulo e abordar alguns conceitos necessários para o desenvolvimento da temática escolhida, torna-se prioritário contextualizar o espaço/público ao qual a intervenção destina-se. Isso porque trata-se de um público específico que tem singularidades, as quais os docentes têm que se ater.

Além de contextualizar o público alvo desse TCC, essa etapa trará aspectos teóricos sobre conceitos que serão abordados com os estudantes da EJA. Questões como: raça, etnia, gênero e sexualidade, são as temáticas que mais apresentam preconceitos dos estudantes.

3.1 A Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino presente na educação básica, que objetiva a elevação de escolaridade de sujeitos jovens e adultos, que não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio enquanto crianças ou adolescentes.

Ao abordar sobre a compreensão de sujeitos da EJA, Arroyo (2005, p.29) afirma que, “desde que a EJA é EJA, os jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, vivem da economia informal, negros, vivem nos limites da sobrevivência”. Ou seja, para falar e pensar sobre a EJA, fala-se é preciso que compreenda-se que se trata de trabalhadores e de não-trabalhadores; das diversas juventudes; das populações das regiões metropolitanas e rurais; contingentes esses que, em sua grande maioria, são formados por jovens; afrodescendentes; desempregados; e de classe social baixa que estão em busca de melhores condições de vida.

Ao se pensar na EJA nos dias atuais, há de se levar em consideração novos olhares acerca das políticas educacionais, inclusão dos sujeitos, formação de professores e professoras e das propostas para manter os estudantes, que são trabalhadores, e tem outras necessidades além da escolarização, em sala de aula.

A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente. (ARBACHE, 2001, p. 19)

Sobre a formação de professores e professoras na modalidade da EJA, Arroyo ressalta:

O primeiro ponto a destacar dentro do tema: formação de educadores de jovens e adultos é que não temos parâmetros acerca do perfil desse educador de jovens e adultos. Sabemos que uma das características da EJA foi, duran-

te muito tempo, construir-se um pouco às margens, ou “à outra margem do rio”. Consequentemente, não vínhamos tendo políticas oficiais públicas de educação de jovens e adultos. Não vínhamos tendo centros de educação, de formação do educador da EJA. Costumo dizer que a formação do educador e da educadora de jovens e adultos sempre foi um pouco pelas bordas, nas próprias fronteiras onde estava acontecendo a EJA. Recentemente passa a ser reconhecida como uma habilitação ou como uma modalidade, como acontece em algumas faculdades de Educação. (ARROYO, 2006, p. 17)

A emancipação desses jovens e adultos é um dos objetivos da escolarização. Há de levar em conta que esses sujeitos da EJA também sofrem preconceitos pela falta de escolarização, por estarem em trabalho e moradias precárias, e por não terem acesso a bens culturais. Todavia, ao mesmo tempo que são alvo de preconceitos, também carregam ações preconceituosas que fazem com que estigmatizem algumas pessoas. Sendo assim, o docente, quando percebe que a EJA é singular, sua ação pedagógica se modifica, e ele entende que “quando o conhecimento se articula com um projeto de educação, vira um poderoso instrumento de emancipação” (ARROYO, 2006, p. 25).

Sobre o currículo na EJA, Arroyo (2006) propõe:

A EJA tem de fazer um currículo sério de conhecimento e tem de capacitar seus educadores no domínio desses conhecimentos vivos, que são os conhecimentos do trabalho, da história, da segregação, da exclusão, da experiência, da cultura e da natureza. Todos esses são os conhecimentos coletivos que eles aprendem em suas lutas coletivas, os saberes coletivos, de direitos e que na EJA têm de aprender a resignificar e a organizar à luz do conhecimento histórico. (ARROYO, 2006, p. 31)

Ao compreender que a EJA é muito mais que apenas aspectos didáticos que visem escolarizar os sujeitos, os professores e professoras iniciam uma nova empreitada, e começam a perceber que podem atuar com outros conceitos, e podem agregar na vida dos estudantes. Compreendendo, segundo as propostas de Arroyo (2006), inicialmente, que:

[...] no meu entender, os jovens e adultos que frequentam a EJA são a expressão do que eu chamaria esse entrelaçado entre direito à educação e os direitos humanos básicos. Diria ainda que desses jovens e adultos vêm, nesse entrelaçado, as interrogações mais instigantes para a recolocação da educação no campo dos direitos. (ARROYO, 2006, p. 30)

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é historicamente marcada por uma trajetória ligada às transformações ocorridas no mundo, sendo elas: sociais, econômicas ou políticas. A EJA é proveniente de um percurso gradativo de lutas dos movimentos sociais, que buscaram a igualdade e a possibilidade de estudo para àqueles que não puderam estudar

enquanto crianças ou adolescentes. Essa história é marcada por tensões entre diferentes projetos de sociedade e diferentes ideias sobre as finalidades da educação de jovens e adultos.

As múltiplas facetas existentes na EJA levam a criação de uma turma heterogênea, com pensamentos que por hora, se convergem, sendo assim, apresentar e debater conceitos de raça, etnia, gênero, sexualidade são prioritários para combater os preconceitos existentes.

3.2 Dialogando sobre os conceitos de Raça e Racismo

Trazer os conceitos de raça e etnia para o presente trabalho são de suma importância, pois ao pensarmos na EJA não podemos esquecer que o público dessa modalidade de ensino é em sua maioria composto pelas populações negra e indígena, tais quais se pensarmos historicamente lembraremos que ambas populações foram desapropriadas de seus direitos. Sendo assim podemos entender que a EJA ao amparar essas diversidades e pluralidade de alunas, deve ser uma modalidade que sirva como modelo de desconstrução dos preconceitos que essas mesmas alunas também vivenciam em seu dia a dia, seja por questões físicas, de padrões de beleza, idade, falta de recursos financeiros, cor, raça, aparência, ou posição social.

Conforme Munanga (2004), raça é um conceito biológico, ou seja, por critérios genéticos de fato somos iguais. Porém, por questões sociais não somos iguais, sendo diferenciados hierarquicamente. O antropólogo traz a problemática das cotas para negros em Universidades públicas onde surge a discussão de como e qual critério utilizar para essa seleção sendo que poderia ser utilizada a genética que pela biologia molecular no Brasil apontaria todos praticamente com marcadores genéticos africanos, portanto todos poderiam se considerar afrodescendentes e ter direito as cotas. Por isso trata-se de uma discussão política.

Munanga (2004) também coloca a questão de que não é fácil definir quem é negro no Brasil devido ao desejo de branqueamento que o país desenvolveu, citando inclusive pessoas negras que não se consideram nem se veem como negras, ele considera o processo de identidade do negro um processo doloroso e aponta que num país com tantas desigualdades, as políticas Universalistas não resolvem o problema do negro.

Na opinião do antropólogo as cotas quando adotadas devem ser cruzadas em critérios econômicos e critérios étnicos, aumentando assim o contingente negro no ensino superior de boa qualidade e ir descobrindo os caminhos para que isso aconteça de fato (MUNANGA, 2004).

No texto do sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2008) ele faz uma descrição conceitual de raça e apresenta dois conceitos: o analítico e o nativo. O analítico

pertence à análise e um determinado conjunto de fenômenos fazendo sentido apenas no corpo de uma teoria. Já o conceito nativo, ao contrário é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo, ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. (GUIMARÃES, 2008).

A verdade é que o analítico ou nativo só faz sentido no contexto ou de uma teoria específica ou de um momento histórico específico. A hierarquia social das cores mostra que o negro foi associado ao demônio ao mal, enquanto o branco à virtude e ao bem, na tradição greco-romana e europeia (BASTIDE, 1996 *apud* GUIMARÃES, 2008).

Guimarães (2008) aponta que a moderna classificação dos seres humanos em raças tornou a antiga nomenclatura das cores, a classificação de povos e de pessoas de cor, e a ela assimilou sua hierarquia própria racista. O autor relembra que muitos escravocratas e fazendeiros achavam que tinham missão civilizadora e que ao trazer os negros para a civilização cristã, estavam salvando as suas almas e ensinando o valor do trabalho.

O que alimentou o Brasil foi a escravização e o tráfico de escravos por muito tempo. Muitos homens pretos, mulatos e pardos foram se tornando livres devido às alforrias, e assim aos poucos conquistando o seu lugar em nossa sociedade através de muitas lutas dos movimentos sociais dos negros e tentando se integrar a nossa nação de uma forma real não simplesmente simbólica. (GUIMARÃES, 2008).

O autor Sant'ana (2005), Especialista em Educação, traz a discussão da origem do racismo focando nossos pensamentos para as pessoas negras que são a maioria das vítimas do racismo, e trazendo as questões de como nos posicionamos em relação às situações de racismo na escola. Comenta a importância da intervenção do professor nas questões de racismo fortalecendo o diálogo franco e esclarecedor entre os alunos com o objetivo de diminuir ou, de preferência, acabar com as práticas de racismo nas escolas, comunidades e consequentemente em todos os lugares, pois tratando desse problema na raiz, essas crianças e jovens serão adultos mais humanos, esclarecidos e menos preconceituosos e racistas.

O racismo não surgiu de uma hora para outra, mas sim é fruto de um longo processo que objetivando uma mão de obra barata através da exploração de povos colonizados gerava riqueza e poder sem nenhum custo-extra para o branco colonizador opressor. Aos poucos o racismo entre os seres humanos foi se consolidando e assim as relações raciais são um dos temas mais complexos da atualidade. (SANT'ANA, 2005)

A etnicidade é a ideia de pertencer a um ou mais grupos, como me identifico como indivíduo no mundo, meus gostos musicais, de vestir, de pensar, de andar, de me portar, de

ser, como me sinto inserida dentro de um ou mais grupos que me identifique com a cultura, a linguagem, os costumes.

O racismo se aplica a qualquer discriminação tanto política, religiosa, de classes, social, de gostos, de culturas, de identidades, de gênero, e principalmente a cor. A palavra racismo normalmente nos remete as discriminações contra os negros, pois vem deles primeiramente a iniciativa de lutar por direitos de igualdade e de ser respeito e inserido de fato na sociedade sem distinções. E principalmente por serem explorados desde o início das civilizações, tratados como raça inferior as raças brancas, sendo escravizados, utilizados como mão de obra barata, massacrados e obrigados a conviver em uma sociedade que não os insere dentro dos padrões de beleza, de cultura, de religião entre outras.

Nas mídias e em tudo que nos é apresentado desde a escola somente o branco é valorizado, seja em filmes, em novelas, os papéis importantes e de ricos sempre são na maioria dos brancos. Os negros, índios e morenos, normalmente são empregados dos brancos, normalmente pobres, e isso também é visível nos livros didáticos, propagandas, tudo que relacionam a família feliz, estruturada está sempre com pessoas brancas representando essas situações. Desde pequenos somos preparados a aceitar e entender como bonito, importante e correto ser branco, lindo, magro, rico, poderoso, assim perdemos nossa própria identidade e acabamos doutrinando e idolatrando pessoas querendo ser iguais a elas.

Infelizmente ainda hoje o racismo é visível, e mesmo sendo considerado crime (Lei 7716/89), não protege nem evita que a discriminação aconteça nas escolas, nos locais públicos ou privados, ou mesmo nas profissões, e infelizmente na vida de todos.

Ao discutirmos essas questões e difundirmos as informações para que as pessoas tenham consciência de suas ações e atitudes, estamos contribuindo para o diálogo e criando assim medidas para que os preconceitos sejam exterminados mesmo que em longo prazo. Todos nós somos responsáveis por essas mudanças. Não devemos nos omitir em situações em que vemos qualquer discriminação pois penso que qualquer que seja o racismo sempre é grave.

Devemos nos posicionar, respeitando essa diversidade que existe no mundo, seja de cores, seja de culturas, de pensamentos, de religiões, de ideais políticos, entre outros. O que não podemos mesmo é fingir que isso não existe ou que é pouco, pois não é. O racismo existe infelizmente, mas penso que se mudarmos nossas atitudes, com certeza nos próximos anos virão os resultados positivos.

3.3 Compreendendo Gênero e Sexualidade

A importância de trazer os conceitos de gênero e sexualidade surgiu conforme percebi no perfil da turma em algumas explicações nas aulas quando surgia a necessidade de esclarecimento de alguns assuntos ligados à diversidade. As discussões eram fortemente de cunho religioso, pois havia uma grande parte da turma de religião evangélica que bem como os próprios pastores e seguidores dessas instituições apresentam atitudes discriminatórias com as pessoas LGBT, principalmente com as que possuem identidade de gênero divergente. No PNDH-3 (2010) na própria Constituição Brasileira são garantidos direitos iguais para todos, porém na prática isso não acontece. A influência religiosa nas questões da livre orientação sexual e diversidade de gênero atrapalham o desenvolvimento dessas discussões e principalmente do avanço das mesmas. Sabemos que os defensores religiosos são contra o aborto, contra a diversidade, na verdade pregam apenas que o normal e o que pode existir é o amor entre homem e mulher, virando as costas a grande diversidade que existe não só em nosso país mas no mundo todo.

Os estudos de gênero segundo a ONU (2014) trazem o respeito à diversidade como algo primordial para a sociedade. Porém, o caráter autoritário de códigos morais baseados no que seria a realidade incontornável da natureza humana no caso do sexo biológico coloca os indivíduos em hierarquias fazendo com que alguns mereçam respeito e outros não.

A sociedade mantém seu discurso tradicional discriminando todos os grupos que não fazem parte daquilo que foi e é imposto como o correto e único. Excluem as pessoas com deficiências físicas, as famílias diferentes das ditas tradicionais com pai, mãe e filhos, esquecendo que a humanidade é composta por pessoas plurais. A nossa sociedade foi desenhada e imposta tal qual é hoje, mas isso pode e deve mudar, pois nada é estático nem deve ser visto de uma única maneira, a mudança é fundamental para a evolução, afinal todos merecem respeito e um espaço igual na sociedade.

A violência de gênero por parte de agressões as mulheres ainda é muito forte. Sabemos que mesmo com todas as medidas públicas que vêm sendo implementadas e Leis como a Maria da Penha que nos protegem dentro do possível ainda são pouco para tamanha violência principalmente pela não execução das leis na prática.

Os estudos de gênero expõem não apenas essa diversidade, mas o caráter autoritário de códigos morais baseados no que seria a realidade incontornável da natureza humana no caso, do sexo biológico. Esses códigos permitem colocar os indivíduos em hierarquias, fazendo com que alguns mereçam respeito, outros não. As experiências de tantas pessoas,

seus afetos e os valores que fazem delas quem são concretamente são diminuídos e estigmatizados por não coincidirem com o que teria sido determinado como correto pela natureza, por textos de caráter religioso ou pelas morais de nossa sociedade.

Percebe-se que muitos grupos religiosos, políticos e moralistas estão sempre impedindo os avanços mínimos de nossa sociedade que se mantém presa em padrões que servem apenas como um grande retrocesso em nossa sociedade, atrasando o que já deveria estar mais do que sendo colocado em prática e distorcendo problemas e soluções reais que podem e devem ser solucionados para melhor qualidade de vida de todos, garantindo o mínimo de igualdade de direitos, respeitando as diferenças e acima de tudo ajudando a sociedade a se libertar desses atrasos mentais e morais.

A questão do aborto é uma discussão que deve ser priorizada e debatida, mas principalmente legalizada. Sabe-se que no Brasil todos os dias são realizados muitos abortos clandestinos, que colocam em risco a vida das mulheres e crianças que passam por essa situação. Um dos motivos da não legalização é a religião que há tempos interfere nas questões mínimas do direito reprodutivo das mulheres, como o uso de contraceptivos que previnem e evitam problemas de doenças sexuais e gravidez precoce. Infelizmente os direitos reprodutivos ainda não são garantidos em nosso país, seja, por interferências conservadoras religiosas presentes em muitas esferas do poder e inclusive no Congresso Nacional, como também no atraso em termos de cidadania e humanidade que trazem consequências irreparáveis para a nossa sociedade (FÉLIX, 2015).

A categoria gênero é entendida como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo um primeiro modo de dar significado as relações de poder (SCOTT *apud* ARAÚJO, 2005, p.43).

O filósofo francês Michel Foucault, contribuí para os Estudos de Gênero e sexualidade trazendo a ideia de exclusão da sociedade do diferente, das formas que são encontradas para separar as pessoas que não se enquadram dentro daquilo visto ou considerado normal. Ele traz a psicologia como ciência, e ajuda a explicar os papéis de hospitais, escolas, hospícios na sociedade. (SENA, 2015).

Muitas pesquisas e leituras são influenciadas por Foucault, que trouxe importantes discussões para sociedade ajudando a questionar e entender as diferenças. Mostrando as relações de poder, ou construções dos discursos masculino e feminino, suas assimetrias e desigualdades, tudo isso trazendo um discurso sobre gêneros múltiplos. Outra questão importante que ele traz é o interesse pela questão dos hermafroditas, trazendo uma reflexão

sobre a identidade sexual. As contribuições desse filósofo para a nossa sociedade são inúmeras e trazem importantes esclarecimentos em seus estudos. (SENA, 2015).

Os conceitos de sexualidade, orientação sexual, identidade sexual, identidade de gênero são abordados em Carrara (2010), mostrando que as relações sexuais de poder tomam por base diferenças de gênero, afetando assim as questões de sexualidade e vice-versa. Também as diferenças raciais, geracionais, regionais, de classe social afetam o modo como vivemos a partir das normas sociais relacionadas à gênero e à sexualidade.

Assim como gênero, sexualidade é uma dimensão da experiência humana na qual se estabelecem relações de poder. Implica desigualdades, preconceitos, discriminações, violência, bem como perspectivas de superação dessas desigualdades. Por ser vivida socialmente, o modo como a sexualidade é sentida e pensada passa por variações determinadas pela época, cultura e grupo social a que cada indivíduo pertence. (CARRARA 2010).

É necessário entender que, embora articulados, gênero e sexualidade não são sinônimos. Questões relacionadas à sexualidade não podem ser mensuradas apenas a partir de aspectos associados ao gênero. Tentar fazer isso seria o mesmo que não reconhecer a distinção entre gênero, de um lado, e desejos e práticas eróticas, de outro. Do mesmo modo que há normas sociais relacionadas a gênero e estas implicam desigualdades e exclusões, há normas sociais relativas à sexualidade.

A Orientação Sexual é o termo usado para se referir à capacidade de cada pessoa de experimentar profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de sexo diferente, do mesmo sexo ou de mais de um sexo, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (CARRARA ,2010),

Quando falamos em “identidade sexual”, podemos nos referir ao modo como a pessoa se percebe em termos de orientação sexual (homossexual, heterossexual, bissexual) ou ao modo como ela torna pública (ou não) essa percepção de si em determinados ambientes ou situações. Especificamente no segundo sentido, a possibilidade de escolher entre ocultar ou revelar “quem se é” é significativa. A escolha de expressar ou “assumir” socialmente uma identidade homo ou bissexual representa em determinados casos um ato político, uma vez que homossexuais e bissexuais são considerados “desviantes” em relação à norma heterossexual. Não ouvimos muitas pessoas afirmando: “eu sou heterossexual”, pois é esta a orientação sexual socialmente julgada “normal” e “correta”. “Assumir-se” como lésbica, gay ou bissexual, seja perante amigos e familiares, seja em contextos mais públicos, representa em

contrapartida uma afirmação de pertencimento a determinado grupo e uma tomada de posição diante das normas sociais. (CARRARA, 2010).

A Identidade de Gênero pode ser definida como:

A experiência interna e individual de cada pessoa do sexo. É o seu sentido de ser, uma mulher, um homem, ambos, nenhum dos dois, ou em qualquer lugar ao longo do espectro de gênero. Identidade de gênero de uma pessoa pode ser a mesma ou diferente do seu sexo atribuído ao nascimento. A identidade de gênero é fundamentalmente diferente da orientação sexual de uma pessoa. (ONTARIO HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2014 *apud* VIERA e MORETTI-PIRES, 2015)

O livro de Beauvoir (1967) serve como base para o entendimento do feminismo, trazendo diversos conceitos e argumentações indispensáveis para a luta feminista. Podemos pensar muitas questões que mostram as diferenças e semelhanças, nas construções das memórias de homens e mulheres, trazendo questões de gênero, etnia, classe social e muitas outras que foram e são construídas historicamente.

Segundo Biroli (2015):

Movimentos feministas, movimentos de gays e de lésbicas e movimentos antirracistas foram responsáveis pela inclusão, na agenda política, do entendimento de que a garantia formal de direitos iguais universais para os indivíduos não foi suficiente para reduzir a exclusão, marginalização e estigmatização de parte da população. As democracias conviviam ainda, com preconceitos e arranjos sociais discriminatórios, mesmo quando a lei determinava que os indivíduos eram cidadãos iguais independentemente do sexo, da cor, do estilo de vida. A noção de gênero se define no contexto dessas lutas, na interface entre a atuação dos movimentos sociais feministas e de gays e lésbicas, como um dispositivo para a compreensão e a superação de formas de violência e opressão baseadas na recusa à diversidade das vivências e experiências dos indivíduos.

Conforme Facchini (2009), o movimento LGBT é caracterizado por ativistas que representam os homossexuais, visando a humanização, valorização e bem estar dos mesmos. Pois essa parcela da população é vítima de preconceito e discriminação perante a sociedade. O movimento surge reivindicando o respeito, a dignidade humana como consta na Constituição Federal de 1988, bem como a conscientização da sociedade para que a discriminação e o preconceito sejam totalmente eliminados.

Mesmo o Plano Nacional de Direitos Humanos apontando diversos direitos em seus objetivos e visando garantir estes direitos a todos os cidadãos sabemos que na prática esses direitos não são garantidos e por isso é preciso sim ir à luta.

Ao longo dos anos, muitos grupos que defendem a liberdade vêm se organizando e lutando por direitos para as minorias e direitos de igualdade, respeito à diversidade, mesmo

com os avanços no que diz respeito a mudanças em nossa legislação que coíbem as atitudes discriminatórias, ainda faltam muitas mudanças para que o preconceito seja eliminado de fato. Isso ocorre porque nossa sociedade está retrocedendo ao invés de avançar. Enquanto a diversidade, a pluralidade e a liberdade não forem respeitadas e encaradas com normalidade, criaremos abismos ao invés de pontes.

É necessário nos manter informados para dialogar e repassar o que aprendemos aos demais não permitindo que injustiças ocorram em nossa frente e fiquemos calados. Precisamos lutar, resistir, persistir e juntos construir um mundo melhor, igualitário e humano, desconstruindo os preconceitos de qualquer natureza. Devemos lutar afinal as políticas públicas não podem retroceder, mas sim avançar cada vez mais garantindo o direito de ser de cada indivíduo. Não podemos deixar que a garantia dos direitos conquistados com tantos esforços nos sejam arrancadas.

4 PROBLEMATIZANDO A INTERVENÇÃO

No primeiro semestre deste ano, atuei como docente em turmas do Ensino Médio Técnico e também da EJA. Nas aulas, debatemos sobre o assunto da diversidade, pois foi abordado conceito de cultura e isso fez com que conversássemos sobre como nossa cultura tende a nos levar a crer que só o que fazemos, pensamos, comemos, vestimos, ouvimos e gostamos é o correto, e tudo aquilo que é diferente nos parece errado, seria etnocentrismo de nossa parte pensar assim. Durante as aulas sempre íamos falando sobre todas as diversidades de pessoas, ideias, religiosidades, sexualidades, mentalidades, e assim conseguimos ter uma discussão bem positiva e aberta, porém mesmo entre jovens do Ensino Médio ou da EJA, percebi diante dos debates um forte e marcante preconceito, ainda enraizado em nossa sociedade.

A ideia de intervenção dentro do ambiente escolar, trazendo os conceitos de raça, racismo, etnia, gênero, diversidade, preconceito, religiosidade, sexualidade, classe social, entre outros, se deu por meio de identificar muitas alunas com atitudes preconceituosas em diversos momentos nas discussões em sala de aula. Senti a necessidade de uma tentativa de esclarecimento de conceitos e debates para que aos poucos esses preconceitos fossem desconstruídos e substituídos por informações, e esclarecimentos prezando o respeito à diversidade, e principalmente proporcionando uma mentalidade mais humana e racional, e não apenas de reprodução daquilo que a sociedade ditou a milhares de anos atrás e ainda vem sendo reproduzido de forma negativa, arrogante, prepotente, maldosa, sem repensar na nossa condição de igualdade a todos.

As discussões e debates precisam ocorrer em qualquer local onde sentirmos a necessidade. Nesse caso, todos esses esclarecimentos se dão na sala de aula, para que assim o debate e o diálogo possam ser o mais aberto e esclarecedor possíveis, norteando e preparando esses alunos para a compreensão da pluralidade de nossa sociedade, bem como, para que possam respeitar as diversidades.

Embora os discursos tradicionais ainda sejam de grande retrocesso e consigam dominar a maioria, há muitas pessoas lutando e fazendo as coisas acontecer para que possamos viver em um mundo mais justo, digno e igualitário para todos. Por isso é importante trazer as questões para a visibilidade.

O gênero é visto como vilão quando falamos em inseri-lo nas escolas, como forma de educar os jovens para que se tornem cidadãos conscientes tendo acesso a informação, além de poderem ser livres para fazer suas escolhas, sabendo que não são obrigados a passar uma vida

de aparências e mentindo ser aquilo que não são, e introduzindo aquilo que a sociedade necessita, afinal a diversidade existe e precisa ser inserida em nossa sociedade.

Conforme a professora Flávia Biroli:

A democracia e os direitos individuais estão sendo ameaçados por ofensivas contra o que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”. Trata-se da ação retrógrada, orquestrada, de alguns grupos religiosos na política. Embora se digam contra uma “ideologia”, atuam para frear e interromper a consolidação de valores básicos da democracia, como o tratamento igual aos indivíduos independentemente do que os singulariza e a promoção, no ambiente escolar, do respeito à pluralidade e diversidade que caracterizam as sociedades contemporâneas (BIROLI, 2015).

Muitos grupos moralistas¹⁴ vêm atuando em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores para eliminar das diretrizes educacionais orientações para a valorização e respeito à diversidade sexual e para a superação dessas desigualdades de gênero. A palavra gênero vem sendo sistematicamente eliminada nos casos em que essa empreitada teve sucesso (BIROLI, 2015).

Alguns grupos e instituições utilizam da religião e do moralismo sendo contra a ideologia de gênero, para interromper a consolidação de valores básicos da democracia, como o tratamento igual aos indivíduos no ambiente escolar, o respeito à diversidade que caracterizam as sociedades contemporâneas. (VIEIRA *et al.*, 2015).

As concepções de família que muitos grupos religiosos impõem, é com base no conservadorismo, impondo que a única família que existe é uma que tenha o pai, a mãe e o filho(s). Essa imposição por parte da sociedade patriarcal, religiosa e conservadora é muito absurda, visto que estamos em uma sociedade extremamente diversa, com muitas formas de famílias existentes, sejam elas de duas mães, dois pais, avôs, tios, pais e mães adotivos, enfim todas essas pessoas são famílias bem como as famílias tradicionais.

Todas essas questões de evolução acabam ficando engessadas e pior acabam estagnadas por falta de uma verdadeira e real mudança seja nas reformas de leis que devem sim ser votadas e encaradas como as mudanças que precisamos. Para isso precisamos nos unir e pressionar as autoridades e correr atrás, pois sem nos unir e sem correr atrás dessa mudança não teremos respostas, pois os religiosos estão cada vez mais poderosos e envolvidos como sempre fortemente na política. Muitas coisas não saem do papel, pois eles votam contrários, mantendo ideias ultrapassadas e preconceituosas alegando proteger a população, quando na

¹⁴ Pessoa que segue e prega com rigidez os preceitos de retidão moral a respeito dos bons costumes.

verdade estão sim prejudicando e muito o avanço e a liberdade de escolha e o direito ao respeito e a garantia de direitos a todos independente de suas escolhas pessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de intervenção proposta no presente trabalho, infelizmente não pôde ser colocada em prática, devido às ocupações ocorridas nas escolas desde outubro deste ano por motivos de protestos dos estudantes contra muitas medidas infundadas do atual governo que está atuando por meio de uma articulação política em nosso país, como foi explicado anteriormente.

Mesmo a intervenção não tendo sido utilizada ainda na prática, esta pesquisa tem como foco principal desconstruir estereótipos e preconceitos que levam à exclusão de alguns grupos e indivíduos menosprezados por não se encaixar na sociedade tradicional.

A intervenção quando colocada em prática, servirá como instrumento de apoio aos docentes, e tem interesse garantir a valorização das diversidades por meio de debate, questionário e oficina em sala de aula, para uma maior compreensão dos alunos sobre conceitos e realidades que os mesmos muitas vezes desconhecem.

É importante que ocorra em sala de aula e nas escolas essa troca de informações e maior esclarecimento sobre a pluralidade dos indivíduos, para que assim todos os direitos de liberdade sejam garantidos.

Em nossa constituição consta que são garantidos direitos iguais para todos, porém na prática isso não acontece. As questões que precisam ser enfrentadas para que essas liberdades sejam garantidas são muitas entre elas podemos destacar as questões do preconceito, machismo, a ideia da família patriarcal, esses mitos de castigos e crenças já há tempos ultrapassadas como a proibição do aborto que é uma triste realidade que pouco foi modificada, mesmo a sociedade em geral sabendo dos riscos dos abortos clandestinos que ocorrem frequentemente independente desta preconceituosa e inadequada proibição, afinal cada um deve ser responsável por sua felicidade e seu corpo pertence a si próprio. Em muitos casos os abortos clandestinos levam a morte e sabemos que em grande parte de mulheres com poucas condições financeiras sendo que as de famílias abastadas fazem mesmo sendo proibido abortos em clínicas e depois voltam para suas vidas normais como se nada houvesse acontecido.

A ideia de que só se nasce homem ou mulher, que é perceptível que não ocorre só assim e isso é mais um erro grave das imposições cristãs. Essa moral que proíbe e que acaba mantendo o país nessa condição ultrapassada não pode continuar a prejudicar diversas pessoas e principalmente impor que todos pensem e vivam de maneira igual. Sabemos que as pessoas são diversas e cada qual com suas particularidades de pensamentos, escolhas e principalmente

particularidades biológicas, estes fatores todos devem e precisam ser levados em consideração.

Ao contextualizar e problematizar as diversidades, estamos enfatizando a existência dos preconceitos e trazendo-os para debate, seja em sala de aula, ou para a sociedade em geral. Os discursos tradicionais ainda geram grande retrocesso, mas felizmente há muitas pessoas lutando para que mudanças aconteçam, e assim, possamos viver em um mundo mais justo, digno e igualitário.

A intervenção proposta pode vir a contribuir em nossa sociedade trazendo o preconceito para visibilidade, gerando debates, e trazendo formas e possibilidades para reduzi-lo, ou até mesmo eliminá-lo. Após a intervenção ser colocada em prática pretende-se elaborar um Livro Guia promovendo o conhecimento e entendimento das diversidades visando combater os preconceitos.

É necessário muita luta para que as liberdades sejam garantidas, pois ainda existe um preconceito e uma discriminação muito grande quanto à liberdade seja religiosa, seja sexual, seja de qualquer situação que fuja do controle imposto pelos governantes, pelas imposições cristãs, pela moral e os bons costumes e pessoas que não se abrem ao novo e não respeitam as demais, impondo apenas suas crenças e suas leis, pois isso condiz com seus interesses de controlar e manter tudo e todos em seus domínios. Esquecendo que vivemos em um mundo diverso e que todos devem ter direitos iguais sem distinção. Não podemos esquecer que todas estas lutas das minorias para ter o mínimo de reconhecimento e conquistar direitos vêm sendo travadas ao longo dos séculos.

Tudo o que foi conquistado até agora precisa ser mantido e garantido junto às demais mudanças que precisam ser inseridas e respeitadas levando em consideração todas as diferenças e mudanças da atual sociedade e das novas ainda mudanças que irão surgir e devem sim ser inseridas, respeitadas e aprovadas neste novo momento de nossa sociedade. Precisamos de mais mobilizações, protestos, união e organização de todos reivindicando aprovações nas questões do respeito à diversidade e as diferenças, e mais, precisamos sim da garantia que estes direitos serão respeitados pois só em teoria não basta os preconceitos e discriminações precisam ser sanados o mais breve possível, só assim teremos uma sociedade mais igualitária e humana.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 set. 2016.
- ARBACHE, Ana Paula Bastos. A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001
- ARROYO, Miguel Gonzáles. A educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva: Contribuições à Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD - MEC/ UNESCO, 2006. p. 17-32
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo II: A experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 2ed.
- BIROLI, Flávia. A “Ideologia de gênero” e as ameaças à democracia. Blog da Boitempo, 2015. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/#prettyPhoto>. Acessado em 15 de setembro de 2016.
- BOBBIO, Norberto. Elogio da serenidade e outros escritos morais. São Paulo: UNESP, 2002.
- BUENO, Chris. As razões e origens do preconceito. Revista Pré-univesp n°59. Gênero julho 2016.
- CARRARA, Sérgio et al. (org.). Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. v3. Sexualidades: dimensão conceitual – livro 3 – Módulo III. GDE
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livro. Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008. p. 63 - 82.

LANNA Jr., Mário Cléber Martins (org.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p

LUFT, Lya. Multipla Escolha. Record. 2010

LOZANO, Marie-Anne Stival Pereira e Leal; GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli. Manual da/o Aluna/o. Universidade Federal de Santa Catarina/Instituto de Estudos de Gênero, 2015.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Estudos avançados [online]. 2004, vol.18, n.50, pp.51-66.

ONU, Organização das Nações Unidas. A homo-lesbo-transfobia é uma realidade que limita os direitos e a liberdade', afirma coordenador da ONU em evento no Rio. 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/a-homo-lesbo-transfobia-e-uma-realidade-que-limita-os-direitos-e-a-liberdade-afirma-coordenador-da-onu-em-evento-no-rio>> Acessado em 09 maio, 2016.

PNDH-3, Programa Nacional de Direitos Humanos/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – rev. e atual. – Brasília: SDH/PR, 2010.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Minorias. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/minorias.htm>>. Acessado em 07 nov. 2016.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. História e Conceitos básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasil: MEC/BID/UNESCO, 2005. p.39-68.

SANTOS, M. A. M. ; SILVA, Monica Tereza Mansur . Discurso do ódio na sociedade da informação preconceito, discriminação e racismo nas redes sociais. In: XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE - São Paulo-SP, 2013, São Paulo. Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade. FLORIANÓPOLIS: FUNJAB, 2013. v. 1. p. 82-99.

SENNA, Tito. Os estudos de gênero e Michel Foucault. IN LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas (org). Livro 3 – Módulo III. Tubarão: Ed. Copiart, 2015. 152p.

VIEIRA, Vanessa Alves; MACHADO, Bernardo Fonseca; BUENO, Michele Escoura; LEWIN, Ana Paula Meirelles . Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos. Carta Capital, Sociedade 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html>. Acessado em 09 setembro 2016.

VIERA, Marcelo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Diversidade Sexual e atenção à saúde: Os dilemas de um campo em (perpétua) (des) construção. IN LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas (org). Livro 3 – Módulo III. Tubarão: Ed. Copiart, 2015. 152p.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DA OFICINA GÊNERO E DIVERSIDADE

- 1- Escolha uma ou mais alternativas que definem o que é Gênero para você:
- a) Mulher e Homem
 - b) Mulher, Homem, Homossexuais, Transexuais, Bissexuais.
 - c) Mulher, Homem, Crianças.
 - d) Mulher, Homem, Adolescentes, Crianças.
 - e) Não deveria existir esse termo, pois todos somos iguais.
- 2- Você acha que existe em nossa sociedade diferença entre os Gêneros?
- a) Sim, existe muita.
 - b) Sim, mas as coisas estão mudando cada vez mais.
 - c) Não existe nenhuma diferença todos são tratados de forma igual.
 - d) Não existe nenhuma diferença apenas cada um deve cumprir seu papel na sociedade.
 - e) As diferenças que existem são necessárias pois cada um deve ser e se portar de acordo com o que é, e não ficar inventando essas coisas para deturpar a sociedade.
- 3- Você convive com homossexuais em seu dia a dia?
- a) Sim.
 - b) Não.
 - c) Sim, infelizmente.
 - d) Não, infelizmente.
 - e) Sim, naturalmente.
- 4- O que você acha de aprender sobre Diversidade e Gênero na Escola?
- a) Desnecessário e imoral.
 - b) É importante ter a informação, mas não nas escolas.
 - c) Nunca deveria se estudar este tipo de coisa.
 - d) É necessidade básica estudar, inserir e agregar o ensino de Gênero e Diversidade nas escolas para uma melhor compreensão e exclusão dos preconceitos desde cedo formando seres que respeitam as diferenças.
 - e) Não tenho certeza se sim ou não.

- 5- Você já passou por algum tipo de Preconceito?
- a) Nunca.
 - b) Sim.
 - c) Ainda passo.
 - d) Só passa quem é anormal.
 - e) Poucas vezes.
- 6- Quais as brincadeiras de menino e menina em sua opinião?
- a) Meninas devem brincar com bonecas, fogões, casinha, panelinhas e dentro de casa e meninos devem jogar bola, ter armas de brinquedo, espadas e podem brincar fora de casa.
 - b) Meninas e meninos devem fazer brincadeiras juntos com brinquedos diversos para desenvolver suas habilidades conforme suas preferências.
 - c) Meninas e meninos devem brincar separados; pois cada um tem seus brinquedos próprios e corretos, masculino para os meninos e femininos para as meninas.
 - d) Meninas devem brincar dentro de casa para não se machucar e meninos podem sair, pois são mais fortes.
 - e) Meninas devem aprender desde cedo as tarefas domésticas para cuidar da casa e dos filhos, meninos devem aprender a serem líderes, pois serão os chefes da família.
- 7- Em sua opinião quem deve cuidar das filhas (os)?
- a) As mulheres, elas quem tem obrigação.
 - b) Os homens, pois as mulheres já cuidaram muito e agora é a hora deles.
 - c) Ambos devem cuidar das filhas (os), pois é uma tarefa que deve ser dividida, assim como todas as outras dentro de qualquer relação.
 - d) As mulheres, pois os homens não sabem trocar as fraudas e nem é papel do homem fazer este tipo de coisa.
 - e) Nem as mulheres nem os homens, devem pagar uma empregada para fazer as funções.
- 8- O que você pensa a respeito da Diversidade?
- a) Uma pouca vergonha, mulher é mulher e homem é homem, o resto é falta de surra.

b) Uma maravilha, desde que mundo é mundo todas as pessoas animais, seres, natureza, tudo é diverso, sendo assim aprendemos uns com os outros, e isso é muito importante para nossa evolução.

c) Uma coisa estranha, afinal todos temos que seguir aquilo que é o correto, ou seja, homem e mulher e o resto deve ser tratado como doença.

d) Que existe porque ficam inventando moda, e dando liberdade demais para os jovens e as pessoas.

e) Que é imoral perante os valores da sociedade e deve ser proibida.

9- Como você trata uma colega ou colega de aula, de trabalho, vizinha (o) que não é heterossexual?

a) Normal, pois isso não muda nada para mim.

b) Nem cumprimento, cruces.

c) Viro a cara, pois é uma pouca vergonha.

d) Jamais cumprimento, tenho raiva.

e) Daria oi só por obrigação.

10- Caso essa colega, vizinha (o), homossexual precisasse de sua ajuda você ajudaria?

a) Sim, com certeza.

b) Nem pensar.

c) Jamais, nem responderia.

d) Depende da ajuda.

e) Daria uma desculpa para não ter que ajudar.

11- Você se considera preconceituosa (o)?

a) Nunca.

b) Sim.

c) Não, só não gosto desses tipos estranhos.

d) Não, só quero que a ordem e o respeito sejam mantidos.

e) Sim, mas tento mudar.

12- Se em sua família uma pessoa se descobrisse Homossexual você a apoiaria?

a) Sim, pois o importante é ela estar feliz.

b) Não, pois ela estaria fazendo birra.

- c) Não, pois isso não é normal e decente.
- d) Não, pois isso não é correto e deve ser proibido.
- e) Sim, mas nem tocaria no assunto.

13- Você considera correto que uma pessoa que possua alguma deficiência possa estudar na mesma sala de aula que você e frequentar os mesmos espaços que você ?

- a) Sim, pois a troca de experiências ajudaria ambas.
- b) Nunca, jamais.
- c) As pessoas com deficiências devem estar separadas das pessoas sem deficiências.
- d) Não, pois iriam prejudicar as pessoas que não possuem deficiências.
- e) As pessoas com deficiências devem estar internadas em clínicas,, espaços próprios ou ficar em suas casas.

14- O que você pensa sobre estudar e debater conceitos como Diversidade, Gênero, Raça, Racismo, Etnia, Deficiências, Sexualidades, Inclusão em sala de aula?

- a) Muito importante para o entendimento e troca de experiências, além de um vasto aprendizado.
- b) Assuntos muito importantes, mas que não precisam ser debatidos em sala de aula.
- c) Acho desnecessário debater esses assuntos.
- d) Esses assuntos todo mundo já sabe o que são.
- e) Nenhuma das respostas.

15- O que você pensa sobre a legalização do aborto?

- a) Um verdadeiro pecado, um absurdo.
- b) Uma falta de amor ao próximo, é um crime.
- c) Uma pouca vergonha, só mulher que não presta faz.
- d) Um direito que deve ser respeitado, legalizado e que cabe a cada mulher decidir.
- e) Nenhuma das alternativas.

ANEXO A

PROPOSTA DO PROEJA IFSC

O Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, foi instituído como programa educacional brasileiro por meio do Decreto N° 5478 de 24 junho de 2005, revogado e ampliado pelo Decreto N° 5840, de 13 julho de 2006. Esse programa faz parte de um conjunto de ações do Governo Federal para estruturar e consolidar uma Política Pública voltada para a Educação de Jovens e Adultos e nasce em um contexto de valorização e ampliação da Educação de Adultos como política de garantia de direito à Educação Básica.

Busca-se, com o PROEJA, atender à demanda de jovens e adultos por Educação Básica e Profissional, na perspectiva de uma formação integral, por meio da elevação da escolaridade, profissionalização, maior inserção na vida social e no mundo do trabalho. Esse programa, voltado às pessoas que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas pelos mais variados motivos, se configura, portanto, como uma proposta educacional que se pretende parte de uma política de inclusão social e emancipatória.